

Ano XXIV nº 6348 – 24 de maio de 2021

Ação Civil Pública em favor dos caixas do BB avança na Justiça

Na última quarta-feira (19/5) aconteceu a primeira audiência da ação civil pública que garantiu liminarmente a manutenção da função de caixa executivo. Na chamada audiência de conciliação, a diretoria do Banco do Brasil não apresentou proposta de acordo.

A ação foi movida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), solicitando que a Justiça determinasse ao BB que se abstinhasse de suprimir as funções e respectivas gratificações de seus caixas executivos. A extinção do cargo foi uma das consequências da reestruturação, imposta em 11 de janeiro pelo governo, em plena pandemia, e que fechou mais de 5 mil postos de trabalho, agências, postos de atendimento e escritórios de negócios. O enxugamento faz parte do processo de preparo da privatização do BB.



A advogada da Contraf-CUT, Renata Cabral, do escritório Crivelli Advogados, afirmou que a entidade que representa os funcionários, como sempre, estava disposta a negociar com a direção do banco, contanto que os direitos dos trabalhadores fossem abarcados. “Mas o banco não apresentou nenhuma proposta e não teve possibilidade de acordo na audiência”, explicou. Com isso, o juiz Antônio Umberto de Souza Junior, da 6ª Vara do Trabalho de Brasília, que acatou a ação acabou encerrando a audiência de conciliação, marcando para 23 de agosto a próxima etapa que será a audiência de instrução.

A diretora do Sindicato e membro da Comissão de Empresa dos Funcionários (CEBB), Rita Mota, explicou que a ação visa impedir a retirada da gratificação de uma função essencial prevista e regulamentada pelo acordo coletivo específico. “Por isto mesmo, a diretoria do banco, não poderia extinguir este direito”, afirmou.

Avanço da informalidade é obstáculo para o futuro da economia, alerta Dieese

Em função da pandemia, a renda do trabalho teve redução global de US\$ 3,7 bilhões. A queda registrada no último ano e meio equivale a 4,4% do PIB mundial. Os dados foram noticiados na 109ª edição da Conferência Internacional do Trabalho, na última quinta-feira, 20/05. No Brasil, a situação é agravada por conta do aumento da informalidade. O setor de serviços, por exemplo, o mais atingido pela crise, registrou redução de 20% das vagas informais, segundo o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV).

Além do avanço do desemprego, o diretor técnico do Dieese, Fausto Augusto Júnior, aponta como principais consequências a redução de renda e o aumento da pobreza. Com a capacidade de consumo reduzida, uma eventual retomada da economia fica ainda mais prejudicada.

Com a “reforma” trabalhista implementada no Governo Temer, as promessas de que a precarização dos direitos trabalhistas resultaria em redução da informalidade não se confirmaram, e vem sendo aprofundada no Governo Bolsonaro. Como resultado, desde 2016 as desigualdades sociais vêm se ampliando no Brasil. E as principais vítimas desse processo são os jovens. De acordo com o IBGE, um terço das pessoas com idade entre 18 e 24 anos estão desempregadas.

IR 2021: Receita libera consultas ao 1º lote de restituição

A Receita Federal libera hoje, dia 24/05, as consultas ao primeiro lote de restituição do Imposto de Renda 2021, relativo ao ano-base 2020.

Ao todo, o primeiro lote será pago a 3,4 milhões de contribuintes, e as restituições somam R\$ 6 bilhões. Os recursos serão depositados em 31 de maio. Segundo o órgão, esse é o maior lote já pago, tanto em valor quanto em quantidade de pessoas.

Neste ano, o primeiro lote do IR será pago no último dia do prazo de entrega do Imposto de Renda, estendido para 31 de maio em razão da pandemia do novo coronavírus.

